



Histórias Socioambientais: reflexões para uma prática jornalística decolonial

Mylena Fraiha¹
Katarini Miguel²

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Resumo: O presente artigo propõe uma discussão sobre a validação do conhecimento nas narrativas jornalísticas a partir da seleção de fontes. Em um primeiro momento, busca-se tecer uma reflexão sobre o jornalismo convencional, enquanto narrativa predominantemente colonial, ou seja, ancorada em uma lógica ocidentalizada. Então, revelamos o que consideramos como brechas dessa estrutura, possibilidades decoloniais, a partir do jornalismo ambiental, mais especificamente as narrativas produzidas pelo Instituto Socioambiental (ISA), na plataforma Medium, que sinalizam para o rompimento com as práticas coloniais, numa proposta de articulação dos saberes, sobretudo, focada nas vozes das populações tradicionais invisibilizadas.

Palavras-chave: jornalismo ambiental; decolonialidade; colonialismo; narrativa jornalística; indígenas.

1. Ponto de partida

Com o intuito de problematizar e tensionar o campo jornalístico, o presente artigo é resultado de reflexões feitas ao longo do projeto de pesquisa desenvolvido no curso

¹ Acadêmica do curso de Jornalismo da UFMS. E-mail: myle.fraiha@gmail.com

² Orientadora. Docente no curso de Jornalismo e no Mestrado em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, orientadora do trabalho. E-mail: katarini.miguel@ufms.br

de Jornalismo e Mestrado em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, intitulado “Pensar a Cibercultura Ambientalista”, mais especificamente contempla as análises realizadas, até então, com a pesquisa de Iniciação Científica, desenvolvida na mesma universidade, “Narrativas Ambientalistas em Plataformas Transmídias”, que investiga a produção jornalística dos movimentos socioambientais, com o objetivo de compreender de que maneira as experimentações multimidiáticas estão interferindo na divulgação das causas ambientais e quais são as alterações, propostas por essas organizações – integrantes de um amplo e difuso movimento ambiental -, na prática jornalística. Além disso, a discussão teórica aqui realizada integra conhecimentos de Estudos Subalternos – Teoria Queer, Estudos Feministas, Pós-coloniais e Decoloniais, na qual foi possível estabelecer pontos de contato entre os estudos decoloniais, e as diversas narrativas encontradas no movimento ambiental. Dentro desta interlocução, procura-se trazer à tona neste artigo a discussão sobre a constituição dos valores modernos e ocidentais que regem o campo jornalístico e que posteriormente refletem no plano prático da profissão.

Para concretizar uma análise mais aprofundada e articulada, é necessário o breve resgate histórico dos primórdios desta prática cultural que hoje classificamos e intitulamos de jornalismo, além de traçar uma linha histórica da constituição da narração jornalística. A partir da bibliografia utilizada, busca-se estabelecer o diálogo entre teóricos de diferentes áreas, para explicitar a necessidade de construir uma epistemologia decolonial e, conseqüentemente, uma metodologia científica e uma metodologia jornalística mais plural e apta a lidar com as diferenças. Ademais, o artigo também reflete sobre a validação do conhecimento nas narrativas jornalísticas a partir da seleção de fontes. Busca-se tecer uma reflexão sobre o jornalismo convencional, enquanto narrativa predominantemente colonial, mas que pode apresentar possibilidades decoloniais, a partir do jornalismo especializado, produzido pelo movimento ambiental, mais especificamente as narrativas produzidas pelo Instituto Socioambiental³ (ISA), na plataforma Medium.

³ O Instituto Socioambiental (ISA) é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sem fins lucrativos, fundada em 1994, que visa buscar soluções de forma integrada a questões sociais e

Para tanto, foram elencadas 33 publicações de Histórias Socioambientais⁴, desde a primeira história publicada em março de 2016, até a última do nosso período de análise, datada em junho de 2019 (observações realizadas até o dia 20 de junho), identificando a data, título, tema principal e, sobretudo, as fontes utilizadas. Com isso, propusemos uma articulação entre o pensamento decolonial e as narrativas socioambientais, para desta forma identificar os possíveis pontos de contato entre estes dois eixos. A partir do levantamento realizado no período supracitado, foi possível propor uma articulação dialógica, com a intenção de entender os conceitos no plano empírico.

2. A constituição da prática jornalística na modernidade ocidental

Imbricada ao desenvolvimento da linguagem, o hábito de narrar o cotidiano tornou-se inerente à figura humana, visto que se manifestava por meio de expressões pictóricas ou pela história oral. De acordo com Sousa (2008), os primeiros protótipos de jornais no Ocidente surgiram em Roma, no século II a. C. As chamadas Actas diurnas eram, apuradas, redigidas e afixadas por magistrados, funcionários públicos e escravos, possivelmente configurando o primeiro grupo de “jornalistas” do Ocidente.

Outro ponto marco na história ocidental do jornalismo é a invenção da prensa gutemberguiana, que possibilitou a proliferação massiva de informações. Além de acelerar o processo de escrita, a inovação também se caracterizava por um baixo custo de manutenção, o que popularizou ainda mais o seu uso na Europa do século XV. A invenção de Johann Gutenberg não inovou apenas no processo de impressão gráfica, mas também deu o respaldo necessário para o desenvolvimento da prática jornalística, além disso, simultaneamente “contribuiu para racionalizar a cultura europeia e desviá-la rebelde da autoridade escolástica, da teocracia e do magister dixit, em favor da liberdade de pensamento e de expressão, do inconformismo e da tolerância” (SOUSA, 2008, p.70).

ambientais com foco central “na defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos” (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL). Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa>. Acesso em: 28 jul de 2019.

⁴Disponível em: <https://medium.com/hist%C3%B3rias-socioambientais>. Acesso em: 29 de jul.

Já nos séculos XVII e XVIII, o surgimento de gazetas reafirmam a estabelecimento do chamado “jornalismo noticioso” e o caráter europeu de sua origem, mas somente no final do século XIX que o jornalismo chegará no apogeu de sua racionalidade. A expansão e consolidação do capitalismo e da Revolução Industrial, o incremento dos processos coloniais, o cotidiano urbanizado e o culto à racionalidade foram o pano de fundo para a crescente racionalização do processo noticioso (SOUSA, 2008, p. 88). Schudson (2010), em sua obra “Descobrimo a Notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos”, a partir de um panorama histórico da imprensa estadunidense, nota a ascensão da objetividade como premissa da prática jornalística, ou como o próprio autor intitula “a objetividade torna-se ideologia” (2010, p. 143). Além da objetividade, houve também a consolidação de outros valores na ideologia jornalística, como a noção de veracidade de um “fato” e a instauração de técnicas jornalísticas.

O lead jornalístico-noticioso, a técnica jornalística da pirâmide invertida, a factualidade no relato, os procedimentos de objectividade fizeram, nessa época, a sua aparição como elementos dos saberes e competências profissionais, contribuindo para a autonomização dos jornalistas, para a consolidação do jornalismo como profissão e para a edificação de uma cultura e de uma ideologia profissionais (SOUSA, 2008, p. 111). Nota-se também que o jornalismo, assim como as demais ciências sociais, sofreram as influências do paradigma positivista, inaugurado por Auguste Comte, no começo do século XIX. Essa influência não atingiu somente o plano operacional da profissão, mas também o desenvolvimento metodológico do jornalismo. Como ressalta Medina (2008), com o intuito de se consolidar como área legítima de conhecimento, o jornalismo disciplina suas formas de captação do acontecimento noticioso e as formas de edição das narrativas noticiosas. Além disso, surgem teóricos como Otto Groth, que procuraram estruturar leis para o jornalismo embasadas no estatuto científico.

O espaço do pensar científico e jornalístico tomou forma nas universidades, no entanto cada vez mais ligada à uma lógica utilitarista e profissionalizante. Ademais, este espaço de erudição tornou-se cada vez mais emparelhado às lógicas de um ideal de “modernidade ocidental”, que carrega em si a lógica industrial, urbana e colonizadora,

com uma faceta que busca a “substituição do colonialismo por formas de imperialismo mais sofisticadas, ainda que não menos eficientes” (MILSKOLCI, 2018, p.5).

Dentro dessa lógica, em que o “culto à modernização” e a proliferação do modelo eurocêntrico marcam profundamente a hegemonia do pensar científico, alguns indivíduos encontram apenas a exclusão de suas existências e experiências. Todo aquele que não encarna o ideal hegemônico, é tido como “subalterno”, ou seja, o Outro é classificado como todo aquele que pertence “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2018, p.12). Esta dinâmica de exclusão também se manifesta no procedimento jornalístico, sobretudo na amputação da manifestação de vozes que contrariam a lógica da hegemonia ocidental. Os agentes marginalizados têm suas vozes abafadas e suas existências subalternizadas.

No que tange o jornalismo especializado em coberturas ambientais, alguns procedimentos revelam esta faceta “colonizada” dos procedimentos jornalísticos. Como aponta Bueno (2007), os jornalistas que lidam com a temática ambiental não estão imunes de praticarem equívocos, visto que são eles mesmos responsáveis pela reprodução das “síndromes do jornalismo ambiental”. De acordo com Bueno (2007), uma dessas síndromes é classificada como “lattelização das fontes”, ou seja, a supervalorização de fontes que possuem um currículo acadêmico e conhecimento legitimado pelo meio científico e pelo modelo hegemônico de ciência, mas que, em determinados momentos, estão movidas por interesses corporativos e pessoais. No caso da “síndrome do muro alto”, o autor caracteriza como a desvinculação dos aspectos técnico e das relações econômicas, políticas e socioculturais, na qual existe uma maior valorização do discurso especializado.

3. A validação de conhecimento na narração jornalística: uma experiência plural nas narrativas socioambientais

Metaforicamente, o campo jornalístico se apropriou do termo “fonte” para designar todo documento ou pessoa que fornece informações para a construção da narrativa jornalística. Contudo, mesmo que a metáfora tenha o intuito de agregar sentido a este procedimento significativo do jornalismo, também revela a incapacidade de explicitar a complexidade do fenômeno jornalístico. Para Leal e Carvalho (2015), a utilização do termo “fonte” de forma inconsciente e desnudada de qualquer problematização não permitem uma compreensão mais lúcida acerca do complexo jogo de interesses, poder e ação que se fazem presente no processo de captação, enquadramento e interpretação das narrativas noticiosas. Inseridos em uma teia complexa de interesses, as “fontes” não se portam de forma ingênua, “cristalina” e “pura”, como idealiza a “metáfora morta” (LEAL E CARVALHO, 2015).

Como proposta de desmistificar o termo “fonte”, Leal e Carvalho (2015) propõem a utilização do termo “agente”, visto que esta nova nomenclatura consegue evidenciar o papel ativo do entrevistado. Na palavras de Leal e Carvalho (2015, p.618), os agentes possuem “poderes distintos, inscrevendo-se no processo noticioso de modo específico, ao sabor das correlações de força que mantêm e que, por sua vez, podem variar no ritmo das interações desenvolvidas”.

Neste jogo amplo de interesses, onde estão envolvidos os aspectos econômicos, sociais, culturais, raciais e políticos, o jornalista se depara com a crise de sua capacidade de desvelar a complexidade do plano fenomênico e, simultaneamente, mediar as relações destes agentes com o espaço midiático. Mesmo que a narração jornalística tenha mantido o status de “narração objetiva do cotidiano”, a partir de uma legitimação da racionalidade moderna vigente, os processos jornalísticos ainda não conseguem superar o pragmatismo em seu *modus operandi*, principalmente no que diz respeito à busca por uma pluralidade de vozes em suas construções narrativas e a tentativa de evidenciar novas formas de compreender o plano fenomênico. Como reforça Medina (2008, p.67), “o jornalismo, como fenômeno social, tem sido portador da experiência de longo fôlego na arte de tecer o presente. A par de todas as regulações técnicas, éticas e estéticas, essa consagrada narrativa da contemporaneidade aflora ganhos e perdas na dialogia social”.

Ancorada nos valores de objetividade, veracidade e racionalidade, a prática jornalística, de forma rotineira, recorre a determinados agentes ou fontes, deste jogo complexo que é a narrativa do cotidiano. Na argumentação de Steele (1990), o reflexo dessa busca pela imparcialidade e objetividade se manifesta na escolha das fontes e no processo de apuração jornalística, visto que a práxis jornalística convencional constantemente recorre ao uso de *experts* para legitimar o paradigma de imparcialidade e cientificidade. Dentro desse processo de seleção, determinadas interpretações prevalecem, em detrimento de outros agentes do cotidiano, que manifestam outras interpretações acerca dos fatos.

O espaço dado às fontes oficiais e aos especialistas, ainda que o assunto em pauta considere nominar o Outro e sua realidade, confirmam o olhar colonizador na construção da narrativa jornalística. Fontes oficiais são pessoas legitimadas pela própria estrutura do direito, no Estado moderno; enquanto especialistas representam o saber científico, o rigor acadêmico, do conhecimento (URQUIZA, 2017, p. 41).

Cotidianamente, as narrativas jornalísticas se atentam à inúmeros assuntos, por vezes divididos em editoriais específicas (economia, política, ciência, arte), no entanto o espaço de fala e legitimação do discurso não é dado ao Outro. A invisibilidade das camadas marginalizadas, algo que é enraizado na cultura e ideologia do Ocidente moderno, torna-se legítimo nas narrativas construídas pela mídia, visto que suas existências não são enunciadas. Por consequência, esta invisibilização do Outro também gera uma desumanização, como aponta Butler (2018):

Quando consideramos as formas comuns de que nos valem para pensar sobre humanização e desumanização, deparamo-nos com a suposição de que aqueles que ganham representação, especialmente autorepresentação, detêm melhor chance de serem humanizados. Já aqueles que não têm oportunidade de representar a si mesmos correm grande risco de ser tratados como menos que humanos, de serem vistos como menos humanos ou, de fato, nem serem mesmo vistos (BUTLER, 2018, p. 24).

No entanto, é importante frisar que apenas dar o espaço necessário ao Outro não garante o fim da violência simbólica que os enquadramentos noticiosos, formulados pela mídia hegemônica, cometem contra os agentes marginalizados. Como ressaltam Leal e Carvalho (2015, p.614), “não é exatamente porque há um conjunto de pessoas

comuns apresentadas como protagonistas das notícias que elas não espelham uma visão fortemente oficial sobre o acontecimento narrado”.

Com o objetivo de romper as amarras colonizadoras, estudiosos decoloniais como Grosfoguel (2007) e Maldonado-Torres (2007) propuseram o conceito de decolonialidade, como uma forma de desafiar a colonialidade global e trazer diferentes visões de mundo e formas de produzir conhecimento. Como pontua Maldonado-Torres (2006, p.117), a decolonialidade pode ser entendida como “o desmantelamento das relações de poder e concepções de conhecimento que fomentem a reprodução das hierarquias de raça, gênero e geopolíticas que se originaram ou encontraram novas e mais poderosas formas de expressão no mundo moderno/colonial”. Essa proposta de rompimento epistêmico também faz-se necessário no pensamento jornalístico, visto que, como argumenta Medina (2008, p.57), a atrofia dialógica existente nos processos de comunicação, também presentes em outros setores da sociedade, são reflexos da “presunção discriminatória do poder e impedem a polifonia e a polissemia democráticas”.

Uma tentativa que se identificou como uma espécie de rompimento com as práticas coloniais pode ser vista nas produções jornalísticas publicadas na plataforma *Medium* pelo Instituto Socioambiental (ISA), uma das organizações socioambientais analisadas ao longo de nossas pesquisas, desde agosto de 2017 até o presente momento.

3.1. Histórias socioambientais como tentativa de um jornalismo decolonial

Apesar dos desafios encontrados na cobertura jornalística ambiental, Bueno (2007) argumenta que existe a possibilidade de pluralizar as narrativas jornalísticas e dar espaço para outras manifestações de conhecimento, visto que “o Jornalismo Ambiental deve potencializar o diálogo entre o acadêmico e o pescador, entre o agrônomo e o trabalhador rural, o mateiro e o biólogo e não deve estigmatizar a sabedoria dos pajés (BUENO, 2007, p.36). Esta proposta de uma prática jornalística que valoriza o saber holístico e a pluralidade de vozes das realidades locais, encontra sintonia com o projeto

decolonial, que visa o desprendimento das colonialidades, tanto na esfera do saber, da narração, como a do próprio existir.

Exemplos dessa proposta foram encontradas durante as pesquisas exploratórias realizadas na página “Histórias Socioambientais”, mantida pelo ISA, na plataforma *Medium*, monitoradas e tabeladas até o mês de junho de 2019. Foram contabilizadas 33 produções, que seguiam todas as premissas básicas da metodologia jornalística, como a pesquisa, a entrevista, o levantamento e exposição de dados; a utilização da estrutura textual jornalística, com o uso de título, subtítulo, citações diretas e indiretas de fontes pessoais, documentais, descrições, além de serem produzidos e assinados por jornalistas profissionais. Ademais, as produções enquadraram-se na proposta de jornalismo ambiental defendida por Bueno (2007, p.35), que o caracteriza como “o processo de captação, produção, edição e circulação de informações (conhecimentos, saberes, resultados de pesquisas, etc.).

Destacamos aqui as narrativas que apresentaram mais diretamente pontos de contato com a proposta decolonial, destacando trechos que apontam para uma possibilidade de ruptura com o modelo vigente - em especial a série de reportagens intitulada “Xingu, histórias dos produtos da floresta”, escritas pela jornalista Marina Yamaoka, que também está vinculada à uma websérie⁵ de três episódios, que recebe o mesmo título da série de reportagens.

O ISA apresenta uma produção jornalística aprofundada e sensível às vozes locais, como é o caso da série de reportagens especiais sobre o Xingu. Na narrativa intitulada “Economia do conhecimento na Terra do Meio”, produzida pela jornalista Marina Yamaoka, apresenta o cotidiano dos ribeirinhos, indígenas e extrativistas, que partilham a vivência e o trabalho nas áreas protegidas entre os rios Xingu e Iriri, no Pará. A partir do relato dado pelos próprios personagens que protagonizam esta história - ribeirinhos, indígenas e extrativistas - é possível compreender o funcionamento da cadeia de produção sustentável e a atuação direta das personagens na economia local.

⁵ Primeiro episódio da websérie disponível em: <https://www.youtube.com/watch?list=PLuEinXoI0ID-qh1h8k0HMowUI91WiPRqw&v=5JQieV6gss8>. Acesso em: 28 jul. 2019.

Os contratos estabelecidos pelas cantinas com empresas que compram os produtos da floresta como o óleo de copaíba e a seringa trazem mais segurança para os extrativistas. “Foi praticamente um sonho, a gente nem sabia para onde ia o produto e o lucro em cima dele antes. Hoje, são os próprios extrativistas administrando, sabemos para onde vão os produtos da floresta e tomamos cuidado para ter uma produção de qualidade para não prejudicar o nosso próprio trabalho. Também contamos com um preço definido para a safra inteira, o que incentiva o trabalho. Foi assim que começamos a retomar o trabalho com a seringa”, relata Pedro Pereira (YAMAOKA, 2017a).

Já no caso da reportagem especial intitulada “Frutas do Cerrado e da floresta: renda, saúde e floresta em pé”, também produzida pela jornalista Marina Yamaoka, o foco está no protagonismo do Povo Kĩsêdjê na produção de polpas de frutas do Araguaia e de óleo de pequi, no Xingu. Nota-se o tom enfático da reportagem de mostrar a necessidade de valorizar o saber tradicional e o diálogo com o conhecimento formal, visto que utiliza o subtítulo “Reportagem especial conta como as polpas de frutas do Araguaia e produção de óleo de pequi do Povo Kĩsêdjê, no Xingu, são exemplos de valorização da sociobiodiversidade e dos saberes tradicionais da região” (YAMAOKA, 2017b) e expressões no corpo do texto como: “(...) aliam-se o conhecimento tradicional indígena e o antigo método de extração a frio que mantém o perfume, o sabor, a cor e outras propriedades da fruta preservadas no óleo” (YAMAOKA, 2017b). Outra reportagem especial produzida pelo ISA - especificamente pela jornalista Marina Yamaoka - que demonstra essa tentativa de romper com o jornalismo convencional, é a narrativa intitulada “Semear o futuro na bacia do Xingu”. A temática desta é focalizada nos 10 anos de criação da Rede de Sementes do Xingu, que visa recuperar áreas degradadas e gerar renda para as comunidades. De forma similar às narrativas citadas anteriormente, existe uma forte ênfase no relato da população local e a valorização do conhecimento cotidiano dos moradores do Território Indígena do Xingu. Essa tendência pode ser vista no seguinte trecho:

Ao conhecimento tradicional de povos indígenas de dentro e de fora do Território Indígena do Xingu, que notam a falta de água e outros impactos do desmatamento, unem-se trabalhos científicos que reforçam a importância de manter a floresta em pé e analisam que as árvores são fundamentais para evitar desertificação e alterações nos regimes de chuvas (YAMAOKA, 2017c).

Outras produções jornalísticas da organização socioambiental falam especificamente de métodos próprios das comunidade indígenas, em relatos trazidos pelas próprias

personagens, como é o caso da reportagem “Como amansar o fogo”. Nesta narrativa foram entrevistadas lideranças e moradores da bacia do Xingu, para discutir as estratégias utilizadas pelos povos indígenas do Xingu para lidar com as mudanças ambientais do entorno, especialmente no que diz respeito ao manejo adequado do fogo.

Agora estamos na época da cigarra cantar. Era para estarmos ouvindo o som delas. Quando elas cantam nós sabemos que dali a três dias a primeira chuva vai cair. É quando começamos a plantar, é a cigarra que nos dá o sinal. Mas as cigarras não estão cantando. Por quê? Porque o calor cozinhou os ovos dela (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2017).

Nota-se que as matérias jornalísticas produzidas pelo Instituto Socioambiental (ISA) demonstram a preocupação de pluralizar as narrativas e trazer à tona outras fontes, outros modos de viver, outras perspectivas e protagonismos. Não se trata de dar voz, visto que os próprios agentes *subalternizados* a possuem. Se trata de dar espaço e promover a valorização de outras perspectivas, outros saberes, outras formas de construir narrativas acerca do mundo. Como argumenta Pelúcio (2018):

Falar de saberes subalternos não é, portanto, apenas dar voz àquelas e àqueles que foram privados de voz. Mais do que isso, é participar do esforço para prover outra gramática, outra epistemologia, outras referências que não aquelas que aprendemos a ver como as “verdadeiras” e, até mesmo, as únicas dignas de serem aprendidas e respeitadas (PELÚCIO, 2018, p. 399).

Além de populações tradicionais, comumente invisibilizadas por uma mídia colonial e oficialista, o ISA apresenta em suas produções jornalísticas um enfoque bastante particular e interessante nos indígenas e em mulheres indígenas. Das 33 reportagens, 24 traziam um enfoque na temática indígena, ou evidenciavam personagens e lideranças indígenas.

4. Considerações possíveis

Pavimentado em uma lógica ocidental e moderna, visto que as chagas da colonização estão imbricadas no pensamento, o jornalismo brasileiro herda da tradição estadunidense e europeia os mesmos dilemas. Os paradigmas de objetividade, imparcialidade, cientificidade, já não dão conta da complexidade narrativa da vida cotidiana e de outras formas de existir. O campo jornalístico se encontra na obrigação de tecer teias

dialógicas entre as inúmeras perspectivas existentes diante de um fenômeno, no entanto, considerando vozes e existências que são invisibilizadas no decorrer do processo.

A partir disso, cabe o questionamento: como repensar a práxis jornalística numa perspectiva decolonial? A discussão esmiuçada aqui não tem a pretensão de dar respostas à tão complexo dilema, mas provocar reflexões acerca dos valores cristalizados na episteme jornalística. Como consequência disso, é necessário repensar sua práxis e redescobrir formas de se narrar o cotidiano de forma mais plural, sensível e complexa. Nos ensaios realizados nas histórias socioambientais foi possível ver uma tentativa de tensionar o campo jornalístico e suas formas de narrar outras vidas cotidianas. A partir da premissa de valorizar outras formas de conhecer o mundo e produzir conhecimento, foi possível notar os pontos de contato entre as narrativas ambientais e a proposta decolonial, especificamente no que tange à tentativa de rompimento com as amarras do colonialismo e racionalismo ocidental. Não se trata de um rompimento total, visto que apesar da vanguarda em outros aspectos, o ISA ainda se configura como uma instituição concebida na lógica ocidental e que consequentemente possui suas limitações. Também é importante pontuar que o simples fato de à tona novas vozes, não concretiza de fato um rompimento com o colonialismo na narração jornalística.

No entanto, é importante evidenciar iniciativas que buscam construir pontes dialógicas entre as inúmeras formas de existência e ciência. A construção de diálogos entre as diferenças é uma árdua tarefa. É necessária a reformulação do pensar jornalístico, ou como argumenta Medina (2018, p.109), “para renovar e criar uma narrativa rigorosa, sutil e solidária, é preciso contato e o movimento: o corpo por inteiro abre a sensibilidade para a intuição criadora que, por sua vez, mobiliza a razão complexa para uma intervenção transformadora”. As mudanças devem ser estruturais, e presentes desde a construção da pauta jornalística, a escolha dos entrevistados, até na construção dos enquadramentos noticiosos.

Apesar de árdua, a busca do jornalista por uma prática jornalística decolonial deve perpassar por novas escutas e olhares acerca da realidade. Como ressalta Urquiza (2017, p. 74), tecer narrativas “a partir do olhar colonizador formatado pelo jornalismo

de raiz industrial e calcado na objetividade”, faz do exercício de enxergar o Outro, uma tentativa escorregadia. Contudo, se faz necessário o exercício diário e constante de se experimentar outros caminhos de tecer narrativas que contemplem a diferença e a existência do Outro.

Referências

BUTLER, Judith. **Vida precária**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n.1, p. 13-33. Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/18/3>>. Acessado em 26 set. 2018.

GROSGOUEL, Ramon. **The epistemic decolonial turn: beyond political-economy paradigms**. Cultural Studies, 21(2-3):211-223, 2007.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Como amansar o fogo**. Instituto Socioambiental, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2ykZYu2>. Acesso em: 28 jul. 2019.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto. **De fontes a agentes jornalísticos: a crítica de uma metáfora morta**. Revista Intexto, Porto Alegre, set/dez 2015, pp. 606-622.

MALDONADO-TORRES, N. **On the coloniality of being: Contributions to the development of a concept**. Cultural Studies, 21(2-3):240-270, 2007.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e Jornalismo - Da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2008.

MISKOLCI, Richard. **Um saber insurgente ao sul do Equador**. In: Revista Periódicus, v. 1, pp. 4367, mai/out. 2014. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10148/7252>>. Acessado em: 17 de ago. 2018.

PELÚCIO, Larissa. **Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós colonialismos, feminismos e estudos queer**. In: Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. v. 2, n. 2 Jul.–Dez. 2012 pp. 395-418. Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/viewFile/89/54>>. Acesso em: 17 de ago. 2018.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimo a Notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. São Paulo: Vozes, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMS. pp. 85-126 (Cap. IV) Disponível em: www.perspec

tivasqueeremdebate.files.wordpress.com/2013/10/spivakpode-o-subalerno-falar.pdf>. Acesso em 26 set. 2018.

SOUZA, Jorge Pedro. **Uma história breve do jornalismo no Ocidente.** In: _____(org.) *Jornalismo: história, teoria e metodologia – perspectivas luso-brasileiras.* Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008. pp. 12-93

STEELE, Janet E. **Sounds bite seeks expert.** *Washington Journalism Review.* v. 12, n. 7, 1990.

URQUIZA, Moema Guedes. **O lugar do Outro na narrativa jornalística: um olhar a partir da cultura.** Dissertação (Mestrado). Campo Grande-MS; Universidade Federal de Mato do Sul (UFMS), 2017.

YAMAOKA, Marina. **Economia do conhecimento na Terra do Meio.** Medium.com/histórias-socioambientais, 2017a. Disponível em: <https://bit.ly/2LK4HhL>. Acesso em: 28 jul. 2019.

YAMAOKA, Marina. **Frutas do Cerrado e da floresta: renda, saúde e floresta em pé.** Medium.com/histórias-socioambientais, 2017b. Disponível em: <https://bit.ly/2SSiSi2>. Acesso em: 28 jul. 2019.

YAMAOKA, Marina. **Semear o futuro na bacia do Xingu.** Medium.com/histórias-socioambientais, 2017c. Disponível em: <http://bit.ly/2LuRkRJ>. Acesso em: 28 jul.2019.